

A Internacionalização e a Cooperação como Factores de Qualidade no Espaço do Ensino Superior de Língua Portuguesa – O caso da Subárea de Fiscalidade do ISCAL

Clotilde Celorico Palma

Resumo da Comunicação

Pretende-se nesta Comunicação apresentar algumas iniciativas adoptadas pela Subárea de Fiscalidade do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa/ISCAL no que se refere à internacionalização e cooperação.

Neste contexto iremos focar a nossa atenção na apresentação de algumas iniciativas, a saber:

- Cooperação com o Instituto de Ciências Económicas e Empresariais de Cabo Verde/ISCEE– Mestrado em Fiscalidade
- Projecto de Cidadania e Educação Fiscal em Moçambique – IDI&CA – 2.^a Edição
- Projecto Educação e Cidadania Fiscal (apoiado pelo Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica - Aviso N.º 02/SAICT/2016 Educação e Cidadania Fiscal LISBOA-01-0145-FEDER-023491)
- Projecto Ibérico de Literacia Financeira e Fiscal- IDI&CA – 3.^a Edição

1. As parcerias celebradas pelo Curso de Mestrado em Fiscalidade do ISCAL

A internacionalização e cooperação são apostas fortes do Instituto e, em particular, do Curso de Mestrado em Fiscalidade do ISCAL, sendo certo que pensar o mundo da fiscalidade intra muros é, desde há muito, viver no isolamento.

Vivemos actualmente num mundo aberto, globalizado, com linguagens comuns a vários níveis, nomeadamente no mundo fiscal. Importa pensar em termos internacionais. A Fiscalidade tornou-se, há muito, sobretudo desde a implementação do Plano Marshal de reconstrução da Europa, uma questão internacional.

Costumo dizer aos meus alunos que em IVA falamos “Ivês”, uma espécie de linguagem internacional que une quase 170 países a nível mundial. Mas o “Fiscalês” ultrapassa em mmuito este “IVês”. Cada vez mais os problemas fiscais são pensados e vividos numa escala mundial. E é nesta escala mundial que nós, academia, nos temos que situar. E é nesta escala global que nós, docentes e discentes, nos temos que movimentar e viver, que temos que ensinar, incentivando fortemente a cooperação entre os docentes, os discentes e as instituições de ensino, de forma a promovermos um ensino de maior qualidade.

É neste contexto que a Escola, em particular o Curso de Mestrado em Fiscalidade, tem parcerias e protocolos com diversas instituições, nomeadamente com a Associação Fiscal Portuguesa, a Ordem dos Contabilistas Certificados/OCC, a Universidade de Marília, o Instituto Pernambucano de Direito Tributário, a Universidade da Amazônia, o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa/IDEFF, o Centro de Investigação em Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa/CIDEFF, a Universidade de Valladolid, a Associação dos Magistrados dos Tribunais Administrativos e Fiscais/ AMJAFP e com o Instituto de Ciências Económicas e Empresariais de Cabo Verde/ISCEE, tendo realizado diversas iniciativas conjuntas no domínio da Fiscalidade.

Tais iniciativas, não obstante os fortes constrangimentos financeiros, passam, essencialmente, pela organização de Cursos de Mestrado em parceria, como é o caso do Curso de Mestrado com o ISCEE de Cabo Verde, pela organização de conferências conjuntas e trabalhos de investigação, desde teses de Mestrado de alunos à feitura de obras conjuntas.

Desde o ano lectivo de 2015-2016, nas cidades da Praia e do Mindelo, em Cabo Verde, que está a funcionar um Curso de Mestrado em Fiscalidade em parceria com o ISCAL e o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais/ISCEE.

A autora é Directora e docente do Curso, que é totalmente lecionado com docentes do ISCAL do Curso de Mestrado em Fiscalidade e representa uma adaptação à realidade Cabo Verdiana deste Curso, sendo lecionada a Fiscalidade de Cabo Verde. Trata-se do primeiro Curso de Mestrado de Fiscalidade em Cabo Verde e teve cerca de 70 inscrições aceites, 40 na Cidade da Praia e 30 no Mindelo.

Tendo já sido discutidas cerca de 15 teses de Mestrado, uma delas sobre Cidadania e Educação Fiscal, encontram-se abertas as inscrições para um novo Curso.

De salientar que, ainda ao abrigo deste Curso, foi promovido na Cidade da Praia o I Congresso Internacional para a Educação e Cidadania Fiscal na Lusofonia, ocorrido a 5 de Dezembro de 2016, com o patrocínio dos governos de Cabo Verde e de Angola, da AT e da OCC de Portugal.

2. Projecto de Cidadania e Educação Fiscal em Moçambique – IDI&CA – 2.^a Edição

Sobretudo nos tempos de crise económica que grassa a nível internacional, as políticas para a Cidadania e Educação Fiscal e a adopção de programas para a Cidadania e Educação Fiscal têm assumido cada vez maior acuidade, sendo recomendados pelas diversas instâncias internacionais tais como na União Europeia (UE) e na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE)¹.

¹ Da experiência comparada de vinte e oito Administrações Fiscais em colaboração com o *EURO social (Programme Régional de l' Union européenne pour la cohésion sociale en Amérique Latine)*, o *Institute of Development Studies (IDS)* e o *Forum sur Administration Fiscale (FAF)*, a OCDE lançou uma interessante publicação em 2015 – *Edifier une culture fiscale du civisme et de citoyenneté – Un document de référence global de l' éducation des contribuables*.

A Fiscalidade, a Contabilidade e as Ciências Sociais devem estar associadas neste tipo de programas². O sucesso deste tipo de acções implica o envolvimento de diversos parceiros quer à escala nacional quer internacional, devendo associar os Ministérios das Finanças e da Educação e, eventualmente, o Ministério da Cultura, bem como entidades privilegiadas relacionadas como, no caso português, a Ordem dos Contabilistas Certificados. A educação dos contribuintes implica uma grande variedade de actividades e de actores, desde programas públicos até esforços realizados por associações profissionais para mobilização e representação dos interesses dos seus associados sobre as questões fiscais.

Como se concluiu na 45.^a Assembleia Geral do Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT), realizada de 4 a 7 de Abril de 2011 em Quito, “*As administrações tributárias devem introduzir e fortalecer, sempre que possível, o conceito de cumprimento tributário mediante a contínua melhoria e realização consistente de programas de educação e assistência tributárias*”.

Neste contexto, uma política de Educação Fiscal orientada para o cumprimento cabal das obrigações fiscais deve necessariamente³:

- Identificar os distintos bens e serviços públicos;
- Dar a conhecer o valor económico e a repercussão social dos bens e serviços públicos;
- Identificar as distintas fontes – principalmente, as tributárias – de financiamento dos bens e serviços públicos;
- Fazer interiorizar as atitudes de respeito pelo que é público, ou seja, financiado por todos e utilizado em benefício comum;
- Assimilar a responsabilidade fiscal como um dos valores em que se organiza a convivência social numa cultura democrática, identificando o cumprimento das obrigações tributárias como um dever cívico;

² Neste sentido veja-se AAVV, SANTOS, António Carlos dos Santos e LOPES, Cidália, org., *Fiscalidade outros olhares*, Vida Económica Editorial, 2013.

³ Cfr. PALMA, Clotilde Celorico e PITA, Mónica - “Para uma Política de Educação e Cidadania Fiscal – Os casos do Brasil, de Espanha e de Portugal”, em co-autoria com Mónica Pita, *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano VIII, n.º2, 2015.

· Fazer compreender que a tributação, na sua dupla vertente de receitas e gastos públicos, deve atender aos valores de equidade, justiça e solidariedade nas sociedades democráticas⁴.

No âmbito da linha de investigação científica criada no ISCAL e no CIDEFF sobre Educação e Cidadania Fiscal, a subscritora começou por escrever um livro para crianças – *A Joaquinha e os impostos - Uma história de educação fiscal para crianças*, que acabou por ganhar o prémio de reconhecimento de actividades com relevância na Comunidade, na área das ciências sociais, concedido em Maio de 2017 pelo Instituto Politécnico de Lisboa, pelos relevantes serviços prestados no contexto da Cidadania e Educação Fiscal.

O livro foi inserido numa triologia patrocinada pela Ordem dos Contabilistas Certificados – *A Joaquinha e os impostos - Uma história de educação fiscal para adolescentes*, da Professora Ana Maria Rodrigues da FEUC e *A Joaquinha e os impostos - Uma história de educação fiscal na Universidade*, da Professora Cidália Lopes do ISCAC⁵.

Os livros foram distribuídos gratuitamente em três Conferências internacionais que se realizaram em Lisboa, Porto e Coimbra, com o patrocínio da Ordem dos Contabilistas Certificados, da Autoridade Tributária e Aduaneira de Portugal e do Governo de Angola e foram posteriormente colocados à venda pela Livraria Almedina em 2017, a um preço de venda simbólico, revertendo parte da venda para a operação Nariz Vermelho⁶.

Em particular no contexto do Projecto de Cidadania e Educação Fiscal em Moçambique, que ganhou um prémio de investigação IDI&CA do Instituto Politécnico

⁴Veja-se a este propósito COSTA, Paulo Nogueira da – “Estado, Democracia, Impostos e Cidadania Fiscal”, *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, VIII (2), Março de 2016.

⁵ Todos Ed. OCC, Almedina, Lisboa, 2017.

⁶ Trata-se, como é sabido, de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem vinculações políticas ou religiosas, oficialmente constituída a 4 de Junho de 2002, cujo principal propósito é assegurar de forma contínua um programa de intervenção dentro dos serviços pediátricos dos hospitais portugueses, através da visita de palhaços profissionais que trabalham em estreita colaboração com os profissionais de saúde, realizando actuações adaptadas a cada criança e a cada situação.

de Lisboa/IPL⁷, e no seguimento das acções já antes adoptadas no respeitante à Cidadania e Educação Fiscal, foi levada a efeito investigação sobre Educação e Cidadania Fiscal na Lusofonia, que ficou plasmada nas diversas comunicações apresentadas no Congresso ocorrido em Maputo em Novembro de 2017 com o apoio da Autoridade Aduaneira e Tributária de Portugal (AT), da Autoridade Tributária de Moçambique e do Governo de Angola.

O Congresso resultou da organização conjunta da equipa de investigação do CEFIL constituída pelos Professores Ana Cristina Lino Marques, Clotilde Celorico Palma, Jesuíno Alcântara Martins e Paulo Nogueira da Costa, do ISCAL e pelo Professor Eduardo Paz Ferreira do Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa/IDEFF e da Escola Superior de Gestão Corporativa e Social/ESGCS de Moçambique e nele participaram diversas entidades/autoridades de Moçambique, a saber: o Presidente do Conselho Constitucional da República de Moçambique, a Autoridade Tributária de Moçambique (através da sua Presidente e da Directora do Gabinete de Comunicação e Imagem), a Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, a Bolsa de Valores de Moçambique (através do seu presidente), o Director da Agência de Promoção de Investimento e Exportações de Moçambique, entre outros.

O Congresso foi organizado em três painéis: I – Políticas para a Cidadania e a Educação Fiscal; II – Os agentes da Cidadania e a Educação Fiscal; III – A Lusofonia e a Educação Fiscal, tendo resultado relevantes conclusões para as políticas de Cidadania e Educação Fiscal nestes países da Lusofonia que oportunamente serão objecto de publicação em obra colectiva.

Como consequência do Congresso, a Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique realizou uma reunião com a autora na sua qualidade de coordenadora do projecto CEFIL e a investigadora Ana Cristina Lino Marques, para debater a melhor forma de se fazer uma educação fiscal virada para a criança em Moçambique. Nessa reunião foi deliberado que o Gabinete de Comunicação e Imagem da Autoridade Tributária de Moçambique (na pessoa da Directora desse Gabinete) iria trabalhar com a

⁷ IDI&CA - Projetos de Investigação, Desenvolvimento e Criação Artística do Politécnico de Lisboa. O IDI&CA visa a dinamização da Investigação Científica, Desenvolvimento, Inovação e Criação Artística no IPL, apoiando a realização de projetos propostos pelos docentes e suas equipas.

coordenadora do projeto CEFIL, tendo como objectivo a publicação de um livro infantil sobre Educação e Cidadania Fiscal adaptado à realidade moçambicana.

A organização deste Congresso permitiu promover a investigação sobre Educação e Cidadania Fiscal na Lusofonia (como se pode constatar pelas comunicações do congresso), e, inserindo-se na linha de investigação criada em 2015 pelo ISCAL à qual está associada a FDL, o ISCEE de Cabo Verde e a OCC, consubstanciou um primeiro passo para a criação de uma rede de investigação e criação de ideias e projectos nos países da Lusofonia.

O livro *Joaninha e os Impostos*, uma história de Educação Fiscal para crianças, da autora, foi adaptado à realidade moçambicana pela Dra Natércia Sílvia Manhenje, tendo sido oficialmente apresentado em Maputo em 26 de Novembro de 2018 nas instalações da Autoridade Tributária, aquando da estadia da autora em Maputo para lecionar o módulo de Complementos de Fiscalidade no Curso de Mestrado em Auditoria que o ISCAL tem em parceria com o Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique / ISCAM.

3. Projecto Educação e Cidadania Fiscal

Especialmente em tempos e crise (crise de valores muito para além das crises económicas), torna-se premente consciencializar os cidadãos para a relevância do tributo, importando começar por explicar o que é, para que serve e, muito importante, que assenta numa relação de reciprocidade entre o Estado e o cidadão que deve sentir a satisfação das necessidades públicas como uma obrigação a cumprir com padrões de qualidade. Neste complexo binómio direito dever é que deve ser explicada e entendida a Cidadania Fiscal⁸.

É neste contexto que a academia, nas suas várias componentes, numa acção comum a docentes e discentes, se deve envolver, encetando estudos, aprofundando outros e

⁸ Sobre o papel das Finanças Públicas e o caso português veja-se MARQUES, Ana Cristina Lino – “As finanças públicas e a cidadania e a educação fiscal”, *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, VIII (2), Março de 2016.

adoptando iniciativas proactivas que levem juntos dos cidadãos a importância das políticas para a Cidadania e Educação Fiscal.

Actualmente está em curso um projecto, inserido na referida linha de investigação do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, do Centro de Investigação de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa, e também do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, de investigação sobre Lusofonia e Educação Fiscal (Projecto Educação e Cidadania Fiscal (ECF) financiado com fundos da União Europeia pelo programa Portugal 2020 Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica - Aviso N.º 02/SAICT/2016 Educação e Cidadania Fiscal LISBOA-01-0145-FEDER-023491).

O Projecto Educação e Cidadania Fiscal na Lusofonia (ECF) financiado com fundos da União Europeia pelo programa Portugal 2020, nasce da ideia de associar a necessidade de implementar as políticas de Cidadania e Educação Fiscal nos países da Lusofonia e reúne diversos investigadores – da parte do ISCAL os Professores Ana Cristina Lino Marques, Clotilde Celorico Palma, Jesuíno Alcântara Martins e Paulo Nogueira da Costa, da parte do IDEFF, os Professores Eduardo Paz Ferreira e António Carlos dos Santos e do IPCA a Professora Liliana Pereira.

Visa-se lançar um projecto de investigação sobre Lusofonia e Educação Fiscal e trocar experiências sobre tão relevante matéria, bem como apresentar um projecto de Plano para a Cidadania e Educação Fiscal em Portugal, pretendendo-se, para o efeito, celebrar protocolos com os Ministérios das Finanças e da Educação.

Em Portugal, com o envolvimento das autoridades nacionais, em especial dos Ministérios das Finanças e da Educação, da academia e de agentes económicos (como a Ordem dos Contabilistas Certificados/OCC), pretende-se, para além da apresentação da proposta de Plano Nacional para a Cidadania e Educação Fiscal, adoptar diversas iniciativas, como a realização de Conferências, publicações didácticas sobre impostos e finanças públicas dirigidas a todas as faixas etárias (desde a infância à terceira idade), trabalhos académicos e a realização de um filme e de um jogo digital (patrocinados pela OCC).

Tendo em vista a promoção do saber da Instituição junto da Comunidade em geral e em especial junto dos países da Lusofonia, e a natureza eminentemente prática do ensino

que caracteriza o ensino superior politécnico, tal como referimos, começámos por criar em 2015 uma linha de investigação em Cidadania e Educação Fiscal no ISCAL, envolvendo como parceiros, inicialmente, a Ordem dos Contabilistas Certificados/OCC, o CIDEFF, a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/FEUC (Professora Ana Maria Rodrigues) e o Instituto Politécnico de Coimbra/ISCAC (Professora Cidália Lopes)

A linha de investigação denomina-se Educação e Cidadania Fiscal na Lusofonia, pretendendo-se desenvolver uma rede de investigação, conceber e trocar ideias e projectos nos países da Lusofonia, envolver alunos e professores (foram já realizadas teses de Mestrado no ISCAL e em Cabo Verde sobre o tema, bem como outros trabalhos) e apresentar o aludido Plano Nacional para a Cidadania e a Educação Fiscal.

O projecto passa por uma forte actuação junto da comunidade lusófona, prevendo acções junto de todas as faixas etárias da população, tendo já sido realizadas Conferências com o patrocínio da Autoridade Tributária e Aduaneira de Portugal e dos Governos de Angola, de Cabo Verde e de Moçambique, da Universidade de Marília no Brasil e do Instituto Pernambucano de Direito Tributário e de outras instituições de ensino, a saber:

“I Congresso Internacional para a Educação e Cidadania Fiscal”, ocorrido a 23 de Novembro de 2015 em Lisboa;

“II Congresso Internacional para a Educação e Cidadania Fiscal”, OCC/ISCAL/IDEFF/ISCAC/FEUC, ocorrido a 1 de Março de 2016 em Coimbra;

“III Congresso Internacional para a Educação e Cidadania Fiscal”, OCC/ISCAL/IDEFF/ISCAC/FEUC, ocorrido a 28 de Abril de 2016 no Porto;

“Conferência Joanhina e os Impostos - A Cidadania e a Educação Fiscal na infância, na adolescência e na universidade”, proferida em parceria com as Professoras Doutoras Ana Maria Rodrigues e Cidália Mota Lopes, ocorrida na Associação Fiscal Portuguesa em Lisboa a 23 de Fevereiro de 2017.

“I Congresso Internacional para a Educação e Cidadania Fiscal na Lusofonia”, ocorrido, tal como referimos, a 5 de Dezembro de 2016 na Cidade da Praia/Cabo

Verde, com o patrocínio dos governos de Cabo Verde e de Angola e da AT de Portugal e do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais de Cabo Verde;

“II Congresso Internacional para a Educação e Cidadania Fiscal na Lusofonia”, ocorrido a 28 de Novembro de 2017 em Maputo, com o patrocínio da AT de Portugal e da Corporate Business School/CBS da Escola Superior de Gestão Corporativa e Social de Moçambique – Este Congresso foi patrocinado ao abrigo de um prémio de investigação científica concedido ao projecto de Cidadania e Educação Fiscal em Moçambique ganho no Instituto Politécnico de Lisboa em 2017 (2.^a edição IDI&CA - Concurso Anual para Projetos de Investigação, Desenvolvimento, Inovação e Criação Artística).

“III Congresso Internacional para a Educação e Cidadania Fiscal na Lusofonia”, ocorrido a 10 de Junho de 2018 no Recife, com o patrocínio do Instituto Pernambucano de Direito Tributário;

“IV Congresso Internacional para a Educação e Cidadania Fiscal na Lusofonia”, ocorrido a 12 de Setembro de 2018 em Luanda, com o patrocínio da Universidade Agostinho Neto e da AT de Portugal;

“V Congresso Internacional para a Educação e Cidadania Fiscal na Lusofonia”, ocorrido a 3 de Outubro de 2018 no Mindelo, com o patrocínio da Autoridade Tributária de Cabo Verde e da AT de Portugal.

Pretende-se em especial fazer um levantamento da situação existente nestes países sobre a Cidadania e Educação Fiscal, bem como proceder a uma publicação final com análises e propostas de professores alunos, funcionários das Administrações e operadores económicos.

A matéria da Educação Fiscal foi inserida na Unidade Curricular de Direito Fiscal Internacional nos Cursos de Mestrado em Fiscalidade do ISCAL e do ISCEE, tendo já sido realizados mais de 20 trabalhos académicos abrangendo diversas faixas etárias – desde a infância à terceira idade, com recurso a diversas técnicas, nomeadamente, a realização de inquéritos e entrevistas. Os principais resultados destes trabalhos irão ser apresentados pelos próprios alunos e comentados pelos professores numa Conferência Internacional final a ocorrer em Lisboa no fecho do projecto.

No Projecto ECF foi adaptado o livro *A Joanhinha e os impostos - Uma história de educação fiscal para crianças* à realidade fiscal dos países da Lusofonia. Já foi feita a adaptação ao Brasil pelo Professor Rodrigo Pessoa da Universidade da Amazônia, a adaptação a Moçambique pela Dra Natércia Sílvia Manhenje da Autoridade Tributária de Moçambique e a Angola, pela Dra Alice Neves, ex. Directora Geral da Autoridade Geral Tributária de Angola, e a adaptação a Cabo Verde pela Dra. Odete Andrade, Directora na Direcção Nacional de Receitas do Estado em Cabo Verde e pela Dra. Dulce Sequeira. A publicação e distribuição de exemplares de cada um dos livros é financiada pelo Projecto ECF, tendo sido lançados nas Conferências Internacionais.

No âmbito deste Projecto foi celebrado um protocolo de cooperação em Setembro de 2018 com a AT de Portugal, estando em curso a celebração de um protocolo com a Direcção Geral do Ensino Superior.

A 6 de Novembro de 2018 foi concluído, com o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados, o filme *Joanhinha e os Impostos*, uma história de Educação Fiscal para crianças, cuja versão em inglês vai igualmente avançar. O objectivo é lançar o filme no site da AT e nas Escolas e disponibilizar igualmente os livros no site da AT que, entretanto, introduziu um link para a Cidadania e Educação Fiscal e para algumas das iniciativas deste projecto por si apoiadas.

4. Projecto Ibérico de Literacia Financeira e Fiscal- IDI&CA – 3.^a Edição

Com este projecto, que ganhou um prémio de investigação IDI&CA do Instituto Politécnico de Lisboa/IPL, pretende-se potenciar o acordo que o ISCAL tem com a Universidade da Extremadura e reunir sinergias em torno da investigação científica sobre Literacia Financeira e Fiscal na Península Ibérica.

Os investigadores associados são os Professores do ISCAL Ana Cristina Lino Marques, Clotilde Celorico Palma, Jesuíno Alcântara Martins, Paulo Nogueira da Costa e as alunas Joana Celorico Palma e Vanessa Mendes e o Professor Juan Calvo Vergez da Universidade da Extremadura.

O objectivo consiste em analisar, numa Conferência Ibérica a promover na Universidade da Extremadura – Cáceres no primeiro semestre de 2019, qual o estado da arte em matéria de Literacia Financeira e Fiscal na Península Ibérica, bem como promover o debate e a incentivar a investigação científica sobre estas questões e fazer uma publicação, iniciativas para as quais se destina o subsídio concedido.

5. Conclusões

A internacionalização e a cooperação do ensino são realidades imprescindíveis desde há muito para assegurar um ensino de qualidade adaptado aos desafios do mundo actual.

No caso da Subárea em Fiscalidade do ISCAL esta realidade tem sido efectivada com o envolvimento de docentes, discentes e diversos actores a nível nacional e internacional, cientes que todos estamos que a qualidade do ensino implica inevitavelmente ultrapassar fronteiras e falarmos todos numa linguagem universal de forma a podermos vencer juntos os desafios da globalização.

Principal bibliografia consultada

AAVV, SANTOS, António Carlos dos Santos e LOPES, Cidália, org., *Fiscalidade outros olhares*, Vida Económica Editorial, 2013.

COSTA, Paulo Nogueira da – “Estado, Democracia, Impostos e Cidadania Fiscal”, *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, VIII (2), Março de 2016.

MARQUES, Ana Cristina Lino – “As finanças públicas e a cidadania e a educação fiscal”, *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, VIII (2), Março de 2016.

OCDE – *What drives tax morale?*, OCDE Working Papers, n.º315, Éditions OCDE, Paris, 2012.

Edifier une culture fiscale du civisme et de citoyenneté – Un document de référence global de l'éducation des contribuables, 2015.

PALMA, Clotilde Celorico - “Para uma Política de Educação e Cidadania Fiscal em Portugal”, Revista TOC n.º 187, Outubro de 2015.

PALMA, Clotilde Celorico e PITA, Mónica - “Para uma Política de Educação e Cidadania Fiscal – Os casos do Brasil, de Espanha e de Portugal”, em co-autoria com Mónica Pita, Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, Ano VIII, n.º2, 2015.